



**ENAN
PUR** 2023
Belém 22 a 26 de maio



Contribuições da perspectiva interseccional aos movimentos sociais urbanos.

Ísis Detomi

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Paolo Colosso

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Sessão Temática 08: Movimentos sociais e a construção do urbano contemporâneo

Resumo. Este artigo retoma o histórico de lutas de mulheres que se valem do espaço urbano como pauta e palco, com um duplo objetivo. Em primeiro lugar, apontar os ganhos explicativos da noção de interseccionalidade, evitando a busca por prioridade divisiva entre as opressões estruturais – de raça, classe e gênero –, mas posturas inclusivas mais aglutinadoras; em segundo, destacar tópicos de lutas feministas ligadas ao cotidiano urbano, que se mantiveram mesmo numa conjuntura adversa. Para tanto, dividimos o trabalho em dois momentos. Num primeiro momento, justificamos a necessidade de um olhar interseccional para a produção do espaço urbano. No segundo, analisamos em que medida organizações de mulheres são "movimentos para dentro e para fora", estabelecem relações de cuidado, pertencimento, reforços recíprocos, reformulações subjetivas que as induzem a outras relações com a cidade.

Palavras-chave: movimentos sociais urbanos; lutas de mulheres; interseccionalidade.

Contributions of the intersectional perspective to urban social movements.

Abstract. This article takes up the history of women's struggles that use the urban space as agenda and stage, with a double objective. Firstly, to point out the explanatory gains of the notion of intersectionality, avoiding the search for a divisive priority between structural oppressions – of race, class and gender –, but more unifying inclusive postures; second, highlight topics of feminist struggles linked to urban everyday life, which remained even in an adverse situation. For this, we divided the article into two moments. At first, we justify the need for an intersectional look at the production of urban space. In the second, we analyze the extent to which women's organizations are "inward and outward movements", establishing relationships of care, belonging, reciprocal reinforcement, and subjective reformulations that lead them to other relationships with the city.

Keywords: urban movements; women's struggles; intersectionality.

Aportes de la perspectiva interseccional a los movimientos sociales urbanos.

Resumen. Este artículo retoma la historia de las luchas de mujeres que utilizan el espacio urbano como agenda y escenario, con un doble objetivo. En primer lugar, señalar las ganancias explicativas de la noción de interseccionalidad, evitando la búsqueda de una prioridad divisoria entre opresiones estructurales -de raza, clase y género-, sino más bien posturas inclusivas unificadoras; en segundo lugar, resaltar temas de luchas feministas vinculados a la cotidianidad urbana, que se mantuvo aún en una situación adversa. Para ello, dividimos el artículo en dos momentos. En un primer momento, justificamos la necesidad de una mirada interseccional a la producción del espacio urbano. En el segundo, analizamos en qué medida las organizaciones

de mujeres son “movimientos hacia adentro y hacia afuera”, estableciendo relaciones de cuidado, pertenencia, reforzamiento recíproco, reformulaciones subjetivas que las conducen a otras relaciones con la ciudad.

Palabras clave: movimientos sociales urbanos; luchas de mujeres; interseccionalidad.

1. Introdução

Nos anos 2010 assistimos a uma onda global de mobilizações que ficaram conhecidas como "cidades rebeldes" (HARVEY,2014) e "movimentos das praças" (GERBAUDO,2017), que tiveram intensos desdobramentos no contexto brasileiro, com o crescimento de uma série de lutas por mobilidade, por moradia. A onda expansiva trouxe para a cena outros personagens que tem a cidade não somente como pauta mas também como parte de seu repertório de ação (COLOSSO, 2019): entre essas estão juventudes diversas, movimento antirracista e feminista.

A segunda metade de 2010 até os dias de hoje foram marcados, por sua vez, por um quadro de sobreposição de crises, recuo democrático com a ascensão de uma nova direita e, ainda, a crise sanitária decorrente da pandemia de COVID-19. As forças conservadoras no poder tendem a um fechamento de horizontes e tentativas de bloqueios, mas os conflitos se mantêm em aberto e as forças vivas buscam saídas inventivas, com conexões novas e deslocamentos imprevistos.

Nesse sentido, experienciamos um momento em que as instituições políticas não são capazes de responder às demandas e necessidades de certos grupos sociais, exige modelos de envolvimento e atuação popular extra institucionais (TRINDADE,2017), ou seja, capilarizados, densos na sociedade, com repertório de ação capaz de abrir espaços de pertencimento, mas também enfrentar instâncias de poder. Isto vale sobretudo para o contexto recente de regressão democrática e estreitamento dos horizontes de expectativa.

Este artigo retoma o histórico de lutas de mulheres que se valem do espaço urbano como pauta e palco, com um duplo objetivo:1) apontar os ganhos explicativos da noção de interseccionalidade, evitando a busca por prioridade divisiva entre as opressões estruturais – de raça, classe e gênero -, mas posturas inclusivas mais aglutinadoras; 2) destacar tópicos de lutas feministas ligadas ao cotidiano urbano, que se mantiveram mesmo numa conjuntura adversa. O arco histórico são os anos 2010 até a atualidade.

Para tanto, dividimos o trabalho em dois momentos. Num primeiro momento, justificamos a necessidade de um olhar interseccional para a produção do espaço urbano. No segundo, analisamos em que medida organizações de mulheres são "movimentos para dentro e para fora" (COLOSSO,2019), estabelecem relações de cuidado, pertencimento, reforços recíprocos, reformulações subjetivas que as induzem a outras relações com a cidade.

2. Por que um olhar interseccional para nossa sociedade urbana?

Atualmente, já é bastante consensuado que nossa sociedade é atravessada por desigualdades estruturais entre homens e mulheres. Não é difícil perceber que tais abismos se reproduzem e ganham feições cotidianas, no mundo do trabalho, nos espaços de representação política, na esfera privada e nos espaços públicos urbanos. Neste primeiro momento organizamos dados e indicadores ligados a esses fenômenos, com objetivo de evidenciar as sobreposições, intersecções entre tais esferas e, ainda, mostrar que tais processos não são abstratos, mas

ganham concretude em relações espaciais: como a possibilidade ou bloqueio no acesso a determinados espaços, na ocupação, ou não, de determinados lugares sociais, como libertação de determinados sujeitos, corpos e nossa contribuição é, de modo ainda inicial, identificar múltiplas escalas da dominação social e rebatimentos no ordenamento espacial da vida coletiva.

Vale atentar para dados no intuito de visualizarmos o tamanho dos desafios. Homens dedicam em média pouco mais de 10h/semanais ao trabalho doméstico ou de cuidado com pessoas da casa. Já mulheres destinam mais de 20h - isso entre pessoas brancas. Entre negros, esses números sobem para 11 horas para homens e 22 horas para mulheres, segundo o IBGE. Temos uma estrutura que não pensa no tempo gasto nos lares com cuidado e reprodução, e isso se agrava em corpos negros. Tampouco é favorável à realidade das responsabilidades precoces de meninas negras que gastam 72% de seu tempo dedicando seu cuidado a outras pessoas. Brancas usam 28% do tempo nestas atividades, por meio de dados do IBGE. "Quando temos uma remuneração é possível suavizar esse processo. Mas essa discussão, infelizmente, ainda está muito tímida no Brasil", diz Aline de Carvalho Martins, pesquisadora da Fiocruz.

A partir de 2020, essa realidade se agrava com a pandemia da COVID-19. Tornou-se mais evidente que a rotina pesada já faz parte da vida de muitas mulheres desde sempre. A diferença é que antes da pandemia elas tinham o suporte de outras mulheres, uma rede de apoio. E com o isolamento social elas ficaram sozinhas, cuidando da casa, dos filhos e até mesmo de adultos com saúde. Muitas mulheres, inclusive, perderam ou tiveram que deixar seus trabalhos remunerados.

As disparidades são observadas também no mundo do trabalho, a começar pela disparidade salarial. Segundo pesquisa realizada pela Syndio, feita em março de 2020, com 621 mulheres maiores de 16 anos, 14% das mulheres consideraram deixar o emprego por causa das demandas familiares criadas pela crise do novo coronavírus, entre os homens o índice foi de 11%. Outras precisaram se virar para dar conta de tudo: 73% das mães das favelas brasileiras dizem que não têm nenhuma poupança que permita manter os gastos sem trabalhar por um dia que seja. Sendo que 8 a cada 10 delas afirmam que a renda caiu por causa do novo coronavírus, dados da pesquisa realizada pelo Data Favela e pelo Instituto Locomotiva. E, segundo a pesquisa Mulheres negras: saúde financeira e expectativas diante da COVID-19, divulgada pelo Instituto do Brasil, mostrou que 79,4% das empreendedoras negras não dispunham de reservas financeiras durante o isolamento social, em que apenas 44% conseguiam manter as portas abertas por apenas um mês com o que têm em caixa, além de serem as chefes de família.

O fato é que o cuidado está no centro da sustentação da vida. Torna-se claro que o trabalho do cuidado é responsável por uma fatia da economia. E não há possibilidade de discutir o mundo pré e, principalmente, pós-pandemia sem levar isso em consideração. Porque quando a mulher sai do mercado de trabalho, seja por falta de emprego ou pelas tarefas domésticas e de cuidado não remunerado, a economia também sente. Dados do Banco Mundial mostram que, no Brasil, a maior participação de mulheres no mercado de trabalho poderia gerar um acréscimo de mais de 3% no PIB.

Diante dessa esfera do trabalho, os altos índices de desemprego e a dificuldade de manter a renda familiar também ajudam a gerar ambientes de ansiedade e de estresse que recaem, sobretudo, nas mulheres. Como apontado no estudo

da CNN health, os casos de violência doméstica aumentam em períodos de estresse e perturbações prolongadas, como crises financeiras. Sendo que 46,7% das mulheres que sofreram violência também perderam o emprego durante a pandemia, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha. A casa, que deveria ser um espaço de proteção e cuidado, acaba sendo um cenário de insegurança nesses contextos. Diante do quadro de sobreposição de crises: a pandemia e o desgoverno, infelizmente, têm sido um retrato de um aumento exponencial de casos de feminicídio logo nos primeiros meses de isolamento, o poder público no Brasil fez pouco de nada para resolver o problema.

Vimos crescer os feminicídios no 1º semestre de 2020, segundo o 14º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, publicado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, em 2020. O levantamento aponta que em um retrato de março e abril de 2020, os feminicídios aumentaram 22,2% comparados com o mesmo período do ano anterior no país, como mostra a nota técnica Violência Doméstica Durante Pandemia de COVID-19 2ª edição. Em aspectos raciais, o risco de uma mulher negra ser vítima de homicídio é 1,7 vezes maior do que o de uma mulher não negra, ou seja, para cada mulher não negra morta, morrem 1,7 mulheres negras. Estamos lidando com um cenário que não se modifica, e o que é pior, se agrava, e demonstra quão estrutural é o panorama retratado nos dados anteriores. E quanto aos aspectos da sexualidade, os assassinatos de mulheres trans e travestis subiram 13% durante esse isolamento social, de acordo com a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (Antra). Entre os meses de janeiro a abril de 2020, foram 64 assassinatos, uma alta de 49% em relação ao mesmo período do ano de 2019.

Tal constatação é certamente assombrosa, mas não só. Mais do que um alarme para os desafios nacionais ainda vigentes, os dados acima apresentados sugerem uma negação de todos os valores da justiça e liberdade como um bem social por excelência (BOBBIO,1996), a situação de violência doméstica significa, essencialmente, a negação de todos esses valores, constituindo um cotidiano de desigualdade, dominação e injustiça que qualifica nossa sociedade.

O que tem havido é um decréscimo de gastos na pasta de políticas para as mulheres, enquanto os casos de violência contra elas só aumentam. Olhando para dados atuais, no primeiro semestre de 2022, 699 mulheres foram vítimas de feminicídio no Brasil, média de quatro mulheres por dia, de acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O número é o maior já registrado em um semestre e ocorreu no momento em que o país teve o menor valor destinado às políticas de enfrentamento à violência contra a mulher. Ao longo do atual mandato presidencial e, principalmente, deste ano de 2022, dezenas de pastas do governo federal sofreram cortes, que impactam, sobretudo, na vida de mulheres e crianças mais pobres, em sua maioria negras.

Vale ressaltar que o governo do presidente Jair Bolsonaro, nos quatro anos de gestão, propôs no Orçamento da União 94% menos recursos para políticas específicas de combate à violência contra a mulher do que nos quatro anos imediatamente anteriores. Entre 2016 e 2019, foram R\$ 366,58 milhões investidos para políticas de combate à violência contra a mulher. Entre 2020 e 2022, apenas R\$ 22,96 milhões. 94% a menos.

Certamente, não é possível deixar de lado que a complexidade política das características e justificativas para indiferenças e injustiças que se reproduzem atualmente na produção do espaço – ainda mais violentas na conjuntura neoliberal e conservadora atual – guarda relação com o problema de

reconhecimento das existências capturadas sob uma ótica liberal-meritocrática, bem como da representação em cargos importantes que fazem a diferença (FRASER, 2018), como veremos a seguir.

Do ponto de vista dos espaços de representação política, os fenômenos são diversos e os dados reforçam o caráter estrutural das desigualdades. Conforme o Mapa das Mulheres na Política de 2020, desenvolvido pela Organização das Nações Unidas (ONU) e pela União Interparlamentar (UIP), o Brasil ocupa o 140º lugar no ranking de representação feminina no Parlamento. Por mais que as mulheres sejam a maioria da população (51,8% do total), temos apenas 658 prefeituras num país de 5.570 municípios. No Congresso Nacional, as disparidades se verificam nas duas casas legislativas. Na Câmara dos Deputados(as), de um total de 513 cadeiras, apenas 77 são preenchidas por mulheres em 2022. No Senado, elas ocupam apenas 13% do total de cadeiras. Em síntese maioria dos parlamentos são homens, brancos, cis e acima de 50 anos, e, em última instância são eles, essa maioria, que definem leis sobre maternidade, direitos reprodutivos, violência contra a mulher, entre outros.

Ainda de acordo com dados do Mapa das Mulheres na Política de 2022, podemos ver as mulheres tituladas no ministério em cada mandato presidencial. No total, o Brasil conta com 31 presidentes no período republicano. Somente uma mulher foi eleita para o cargo. E foi nesse governo, da Dilma Rousseff (2011-2016), em que houve uma maior representatividade de mulheres no ministério, com 15 representantes, no entanto, dessas, apenas duas eram negras. Dado o golpe, com o novo presidente Michel Temer (2016-2018), alterou essa representatividade, deixando apenas 2 mulheres, uma no Ministério da Advocacia-Geral da União e Luislinda Valois no Direitos Humanos. No governo atual de Jair Bolsonaro, o desprezo pelos povos originários e pelas mulheres foi visível, com 3 representantes mulheres brancas, sendo que Damares Alves, responsável pelo Ministério Mulher, Família e Direitos Humanos não respondeu a altura, como acabamos de ver anteriormente nos casos de feminicídios.

A magnitude desses números atesta que essas parcelas da população não são “minorias”, mas sim “maiorias minorizadas” que frequentemente são desconsideradas nos processos decisórios que orientam a produção de políticas públicas – como a urbana – e enfrentam as piores condições de vida nas cidades. De fato, não temos tido trégua nas intolerâncias racistas e nas violências de gênero perpetradas nos corpos racializados – violências com particular brutalidade nos corpos das mulheres e pessoas trans e racializadas, muitas vezes cometidas pelo próprio Estado.

Tais dados nos mostram que há uma sobreposição de relações de desigualdade, opressão, que estão para além do conflito capital x trabalho, ou seja, inclui o conflito de classes mas não se resume a ele. Esta constatação nos alinha a uma série de formulações de feministas que buscam abordagens que podemos chamar de interseccionais. Nosso interesse, então, é examinar práticas de produção de identidade em um contexto de efervescência dos debates sobre a diversidade. Na medida em que são necessárias transformações estruturais urbanas, vemos que a interseccionalidade pode ser uma ideia-força fundamental para essa tarefa, configurando-se como um instrumento que permite demonstrar os pontos cegos de uma análise que desconsidere o cruzamento de opressões.

De modo sumário, o conceito de interseccionalidade pretende revelar que as desigualdades produzidas em diferentes esferas se entrecruzam nos marcadores de classe, gênero, raça, sexualidade, nacionalidade, religião,

geração, territorialização, entre tantos outros. Com isso, o conceito detém a capacidade de dilatar a compreensão das opressões e dos conflitos sócio-espaciais, visto que possibilita entender os processos de dominação variados para grupos distintos. Nesse sentido, o intuito aqui é reestruturar, em linhas bastante gerais, o histórico desse conceito, reconhecendo o legado feminista e da teoria racial crítica de que é herdeira. A interseccionalidade engloba em sua constituição os anseios teóricos e políticos, fundamentado nas resistências e nas lutas pelo combate à segregação, à subalternidade e à dominação, ou seja, ao estímulo da liberdade, da igualdade e da justiça social (COLLINS e BILGE, 2021). De que maneira, então, ele se deu?

Foi entre as décadas de 1960 e 1980, que se pôs em xeque linhas do marxismo considerado ortodoxo centrado exclusivamente em conflitos de classe, em pautas do mundo do trabalho e da produção, que tendia a secundarizar conflitos raciais e de gênero (GONZALEZ, L; HASENBALG, C, 1982, p. 77). A crítica também veio a certas vertentes do feminismo titulado como “segunda onda” (BIROLI e MIGUEL, 2015), para os quais um determinado eixo de opressão era a base de todos os outros. Nessa conjuntura, em virtude das mulheres negras terem sido atingidas não somente por um desses sistemas de poder, mas pela convergência entre eles, elas apoiaram a investigação que alcançasse a associação entre dois ou mais “sistemas de subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.176) ou “sistemas de opressão” (COLLINS, 2017, p.8). Isso, indiscutivelmente, resultou na elaboração dos movimentos ativistas independentes, que apresentaram as concepções fundamentais do que veio a ser conhecido como “interseccionalidade”.

Ainda nessa mesma época, do ponto de vista do entrecruzar gênero-raça-classe, o trabalho de ativistas passou a adotar essa associação de forma assertiva – embora ainda com pouca densidade noutros elementos significativos como sexualidade, deficiência, etnia, idioma e religião, que também careciam de atenção para que todas as vozes fossem ouvidas. No Brasil, com ativistas negras, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Luiza Bairros, Jurema Werneck, Sueli Carneiro, entre outras, fortaleceram o princípio dessa tríade de opressão, promovendo a afirmação de acordo com a qual mulheres negras possuíam demandas específicas (GONZALEZ, 1984). O notório coletivo Combahee River publicou um manifesto inovador chamado A Black Feminist Statement, que levou intelectuais como Audre Lorde, Alice Walker, Angela Davis, Patricia Collins e Bell hooks a evidenciar processos de repressão de mulheres afro-americanas, chicanas, latinas, indígenas no contexto estadunidense. Na Europa, as produções das feministas negras Hazel Carby e Yuval-Davis, comprovaram os modelos de repressão das “women of color”, Danièle Kergoat também provocou a discussão, embora o seu ponto central fosse em gênero e classe. Com ideários emancipatórios, Nkealah foi uma das representantes da África do Sul, fortalecendo as reprovações quanto ao feminismo hegemônico branco e ocidental. Esses protestos estão orientados em confirmar e validar a força daquelas que historicamente estiveram nas margens e que foram capazes de reivindicar suas próprias vivências em primeira pessoa, em busca de sua autonomia (KAPP, 2004).

No fim de 1970 e durante 1980, as ideias fundamentais de movimentos sociais criaram significados e um vocabulário comum para o que mais tarde seria entendido por interseccionalidade. Um dos primeiros termos foi o de “risco” (BEAL, 1969) e suas variações como “triplos riscos” (LINDSAY, 1979) e “múltiplos riscos” (KING, 1988), para expressar os diversos fatores de risco à

integridade de mulheres negras trabalhadoras. Decorre desse mesmo viés, o uso que o coletivo Combahee River Collective (1982) fazia de expressões como “sistemas de opressão interligados”, “simultâneos” e “múltiplos” para descrever o que Patricia Hill Collins denominaria posteriormente de “matriz da dominação”. Foi na década de 1980 em que se estabeleceu o parecer de que as opressões não poderiam mais serem compreendidas levando em consideração unicamente gênero, raça ou classe social (BIROLI e MIGUEL, 2015): os três eixos necessitariam ser examinados e considerados em sua atuação síncrona. As noções para o que veio a ser reconhecido como interseccionalidade conquista, portanto, importância e conexões em derredor da justiça social por meio das mulheres ativistas apoiadas em suas experiências de vida, objetivando a formação de políticas emancipatórias "muitas vezes ligada a uma demanda de justiça por meio da inclusão" (COLLINS e BILGE, 2021, p.105).

E, quando o próprio termo interseccionalidade começou a ser usado na década de 1990, parecia ser adequado a essa forma emergente de investigação e práxis crítica que funcionavam em espaços limítrofes entre movimento social e políticas acadêmicas. Contudo, nomear também levantou um novo desafio. As interpretações contemporâneas do passado da interseccionalidade ignoram cada vez mais as formas heterogêneas que ela assumiu durante o auge dos movimentos sociais, com expressa operação nos anos 1960 e 1970:

[...] narrativas da emergência da interseccionalidade raramente incluem o período dos movimentos sociais, e se limitam a localizar um ponto de origem no momento em que a academia primeiro noticia e nomeia este emergente campo de estudos, as ideias associadas aos estudos de raça/ classe/ gênero na década de 1980 foram constantemente ignorados até que atores institucionais poderosos o reconhecessem. (COLLINS, 2017, p. 10)

Ao que tudo indica, a "interseccionalidade" não existia até ser explorada, nomeada e legitimada por integrantes da academia, formando-se, então, uma narrativa linear a datar por esse ponto de partida. Através da amnésia institucional que reescreve a história, grupos que foram primordiais para a gênese da interseccionalidade estiveram invisíveis do cânone interseccional.

As narrativas prevalentes acerca da origem da interseccionalidade costumam clamar que Kimberlé Crenshaw “cunhou” o termo no artigo Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color, publicado na Stanford Law Review (CRENSHAW, 1991). A advogada afro-americana não foi uma militante, no entanto estava intimamente habituada com operações por justiça social dos movimentos. Assim, como uma teórica crítica da tônica racial, Crenshaw foi idealmente posta no encontro das temáticas de raça, gênero e classe na academia, bem como no núcleo de justiça social para as transformações sociais que operaram no avanço dos fundamentos da interseccionalidade. O que nos faz concordar com Collins e Bilge (2021, p.111), ao ressaltarem que: "Crenshaw estava defendendo a interseccionalidade abertamente como um constructo de justiça social". O documento revelava o que perdurou, o que ficou silenciado, o que desapareceu (COLLINS, 2017). Trata-se de um trabalho indispensável, porém nos opomos à ideia de que a interseccionalidade se iniciou a datar do momento em que foi nomeada. A predileção por esse ponto de origem suprime o período precedente, quando existiu uma sólida associação entre a investigação da interseccionalidade e a práxis crítica.

Hoje, a interseccionalidade é aplicada para confrontar não somente as desigualdades e as opressões, mas também a formação de identidades coletivas, ligações de solidariedade entre grupos e aos ativismos políticos motivados em se opor aos sistemas de subordinação (BIROLI e MIGUEL, 2015). Para os nossos fins, o termo revelou ser copiosamente aplicado por militantes de políticas públicas; representantes dos direitos humanos; lideranças dos movimentos de base a fim de orientar seu trabalho de justiça; atenções políticas, como o feminismo, antirracismo, multiculturalismo, estudos queer e estudos sobre deficiência; e graus de análise de perspectivas micro e macro (STAUNÆS, 2003; VIVEROS VIGOYA, 2015).

Qual seria o conceito da interseccionalidade para cada um desses sujeitos? Provavelmente definições variadas, porém, apesar toda as variedades que já tenham e que venham a aparecer, a definição de Patricia Hill Collins e Sirma Bilge (2021) é capaz de evidenciar uma conformidade sobre como se entende a interseccionalidade:

A interseccionalidade investiga como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. A interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas. (COLLINS e BILGE, 2021, p. 15)

Essa definição prática, das autoras na obra *Interseccionalidade* (2021), originalmente publicada em 2016 nos Estados Unidos, descreve a compreensão central da interseccionalidade, ao trabalhar as categorias de maneira unificada e não mutuamente excludente. Ademais, ainda que frequentemente invisíveis, as relações de poder que envolvem raça, classe e gênero impactam os panoramas do convívio social.

A popularidade do conceito e sua representação dinâmica justifica-se por alguns de seus aspectos determinantes: o termo oferece destaque e compreende indivíduos excluídos pelas análises feministas e antirracistas tradicionais (CRENSHAW, 1991); toma para si complexidade da vida social (COLLINS e BILGE, 2021); engloba noções de distintos lugares, tempos e perspectivas (COLLINS, 2019). Levantando às perspectivas críticas e políticas identitárias das mais diversas, que Collins e Bilge (2021, p.18) compreendem como uma “ferramenta heurística”. Isto é, a interseccionalidade como uma formação de um conceito que contribui para a investigação de fenômenos sociais relevantes à conjunturas e aos mais variados obstáculos.

Em síntese, o conceito já foi compreendido como parte fundamental do pensamento feminista e de outros tantos movimentos, modificando a forma como se debate gênero. Ainda que tenhamos alguns conflitos a respeito do seu uso e até mesmo de seu significado, a interseccionalidade já é um termo, por assim dizer, reconhecido.

Trata-se de um conceito com forte potencial crítico e insurgente, que provocou um novo marco teórico e empírico, em especial nos estudos de gênero. Tem um caráter abrangente, capaz de compreender estruturas sociais e seus impactos no vivido cotidiano. Pode ser um conceito bastante inclusivo – desde que não se perca em disputas pela prioridade de um dos elementos que o compõem.

Podemos dizer, sem grandes riscos, que tais formulações não são meramente teóricas, mas explicam uma série de mobilizações que tomaram as ruas e espaços públicos ao longo dos anos 2010, que veremos a seguir.

3. Mobilizações que tomaram as ruas e espaços públicos

Em conjunturas adversas, como a que se configurou a partir de 2016, é fato que mobilizações transformadoras e organizações populares sofreram recuos, poucas vitórias institucionais. Este tópico vai atentar para elementos que, não raro, são menos analisados e no entanto constituem práticas que mantêm tais organizações coesas em conjunturas adversas.

O primeiro elemento é o que podemos denominar de "movimento para dentro", na medida em que amplia a tessitura de vínculos internos, cria espaços de pertencimento, de relações de cuidado e de estabilização dos(as) envolvidos(as).

Importante notar como esse movimento para dentro, que de fato inclui reformulação nas subjetividades políticas das figuras envolvidas, não é desprovido de uma relação espacial com a sociedade. Vemos a necessidade que os indivíduos têm de estabelecer vínculos fortes entre seus integrantes, como já destacaram Maria da Glória Gohn (2014) e Eder Sader, quando este analisa as comunidades de bairro.

Essa força social de esforços recíprocos é destacada, por exemplo, no documentário LEVA do canal Futura, ao acompanhar a vida de moradores da ocupação do edifício Mauá, um dentre muitos ocupados no centro da cidade de São Paulo. Na filmagem, Maria Elizete, porteira da ocupação, mostra a construção do coletivo como agente de transformação do indivíduo: "meu objetivo é minha moradia e de todos que estão aqui dentro, o objetivo é esse, a nossa luta é essa. Eu consegui, mas tem meu próximo que não, então é a característica do movimento fazer a luta para aquele que ainda não conseguiu". Ao mesmo tempo, um morador expõe: "a gente contribui participando da coletividade, respeitando todas as regras que existem aqui dentro até para manter uma coletividade de maneira harmoniosa". Ao tomar contato com os movimentos, esses sujeitos se dão conta de que as adversidades não dizem respeito apenas a si mesmos/as, mas afeta a muitas e muitos. Essa condição não é apenas sua, mas sim de todas e todos.

Ainda no documentário, Ivonete, hoje coordenadora da ocupação, evidencia o poder feminino no movimento de luta: "dentro do nosso grupo, do nosso movimento, a maioria é mulher, e o povo fala assim 'poxa você não tem receio?' você vai e faz a assembleia e tira o rumo que os homens também acompanham aquele rumo. Antigamente era só mulher e só mulher na coordenação, e mulher boa, recebia as pancadas mas dava também e hoje tem alguns homens envolvidos." Um desses homens é Manoelzinho, que exalta essa força feminina dizendo: "esse grupo foi formado por um ideal que era trabalhar pelo povo. No MSTC em geral, eu coloco a Carmem, a Net, a Solange, a Ivanilda, a Elaine, enfim, são elas que carregam esse grupo", e completa: "Net dá conta de tudo isso aí, ela tem atitude... quando eu estou na luta com ela eu fico forte."

Ivonete ainda relata a violência sofrida por ela - realidade de muitas outras mulheres - que se identifica e fortalece com a luta: "antes de vir para o movimento eu tomava chicote do meu marido, apanhava muito, de sentar assim e dizer bate porque você é meu marido e você tem direito", porém ao se identificar como sujeito político ela expõe: "Quando eu passei a entender o movimento e participei

de algumas formação.. quando ele veio para me dar ele deu a primeira mas o restante ele levou tudinho. Eu me lembro que ele falou assim (ele tava com a cara toda arranhada, eu cortei toda a cara dele na unha e soquei bastante) como é que eu vou trabalhar com essa cara? e eu falei: você vai chegar na firma e vai dizer não brinca comigo hoje não que eu estou azedo, estou nervoso porque eu apanhei da mulher essa noite. Entendeu? porque chega, não vou mais abaixar a cabeça para você e é assim, eu não abaxo a cabeça para homem nenhum".

Essas transformações pelas quais passam tais mulheres implicam uma mudança na relação que elas têm com a cidade. Deixam de ser indivíduos passivos que sofrem com o cotidiano urbano – espoliação, segregação, violência – passam a ser figuras ativas na luta pela ampliação do direito à cidade.

Os espaços dos movimentos funcionam como a possibilidade de constituir uma rede de interações não-mercantis, desde as trocas de gentilezas, passando pela formação da auto-estima e identidade, até o cuidado em situações de emergência. São espaços de abertura ao outro, de usar o tempo na dedicação a um outro, mas sem que se perca o próprio tempo. São diálogos e escuta que funcionam como reforços recíprocos (COLOSSO,2019).

Como dissemos, tais práticas são *movimentos para dentro*, constroem a tessitura de sustentação cotidiana. Mas as organizações políticas também precisam de presença no espaço público, visibilidade nos debates públicos e capacidade de pressão nos centros de decisão. Constituem assim *movimentos para fora*. O ciclo das cidades rebeldes deixa ver que as grandes cidades são epicentros que potencializam muito esses movimentos para fora, pois o repertório de ação dos sujeitos sabem explorar as características urbanas e a interseccionalidade.

Dito de outro modo, a cidade é não apenas pauta, mas se torna palco e parte das táticas políticas. Um primeiro elemento está no fato de que manifestantes, como juventudes secundaristas e movimento passe livre, fazem das praças e ruas salas abertas. O espaço público, agora bloqueado e ocupado, torna-se lugar de experimentação e imaginação do modo de viver juntos que se quer para toda a sociedade.

Um segundo ponto: os espaços públicos são lugar do transbordamento de afetos expansivos. Nos termos das próprias figuras envolvidas, "festa com luta e luta com festa". Saem de cena o carro de som dos sindicatos, entram as batucadas, cujas melodias são formuladas coletivamente, assim como vestimentas e até instrumentos. Nesse sentido, os atos de rua são momentos de liberação de energias coletivas e de criatividade social. Um terceiro elemento: na medida em que capitais mundiais e metrópoles gozam de grande visibilidade pública e conectividade global, os protestos se polinizam rapidamente para lugares distantes territorialmente, mas conectados por um estado de ânimos insurgentes.

Esta é a linguagem e repertório de uma geração de movimentos interseccionais, que expõem e problematizam múltiplos feixes de opressão social. Nosso diagnóstico aqui se dá em sobrevôo, sem a pretensão da minúcia em cada um dos movimentos e protestos sociais, mas destaca esses aspectos partilhados que nos permitem percebê-los como globais e diversos. É a partir dessa esfera que traremos aqui algumas características desses movimentos, de forma ainda breve, que serão detalhadas até a apresentação do evento, demonstrando o profundo entrelaçamento dos feminismos, lutas populares e antirracistas no contexto global.

Esse processo engendra uma mudança na subjetividade desses indivíduos e sobretudo no modo como se posicionam nas interações na cidade. Não é um insight único, mas um novo enquadramento e ânimo para o cotidiano urbano vivido. A experiência de injustiça, desigualdade de tratamento, das opressões, é reforçada quando nos deparamos com as dinâmicas do capitalismo. Rejeitando essa dinâmica, diante de um processo crítico de cunho anticapitalista, protestos como Marcha das Margaridas (Figura 1), ainda em 2000 e suas reproduções futuras, afluíram reivindicando a democratização do acesso à terra e à água, ao fortalecimento da agricultura familiar, junto com bandeiras reivindicando o fim de criminalização do aborto. Importante perceber que, num movimento interseccional, há pautas que se tornam porta de entrada para outras lutas.



Figura 1. Marcha das Margaridas (fonte: Time Modifica).

No caso das margaridas, dessa autonomia de decisão sobre o próprio corpo emergiram outros protestos, suas instigações revolucionárias contrária às diretrizes culturais de gênero e sexuais revelam uma política cultural inflexível. O manifesto evidente da Marcha das Vadias é um exemplo de enunciação de que cada mulher tem o direito sobre seu corpo, sobre as formas de retratá-lo e ressignificá-lo, sem que para isso seja mira de violências, segregações ou preconceitos (ALVAREZ, 2016). Os *pañuelazos* (Figura 2) compartilham de causas estruturais parecidas contra o conservadorismo. Tal movimento que se introduziu na Argentina tinha seus lenços verdes como símbolo distintivo de liberdade e de poder transnacional pelo direito à interrupção da gravidez em toda a região da América Latina e no mundo (SUTTON, 2020).



Figura 2. "La marea verde" (fonte: Natacha Pisarenko/AP).

Outra característica desses novos protestos interseccionais e urbanos: a imprevisibilidade do estopim. O racismo estrutural se reproduz, assim como a sub-representação nos espaços de poder e desigualdades do ponto de vista distributivo, num cotidiano que parece normalizado. Mas uma morte violenta e injustificável produzida por uma agente do Estado pode se tornar o ponto de virada, em que naturalizado se torna inaceitável. Foi o que ocorreu com o cidadão George Floyd, morto pela polícia dos EUA em maio de 2020, desencadeando a onda do Black Lives Matter (Figura 3). Feministas negras e migrantes se organizaram em uma práxis interseccional, que se revelou ser uma visão das principais organizações do Movimento. As concepções feministas negras difundiram entre novos ativistas e manifestantes, concedendo aos sujeitos, que desconheciam o feminismo negro, uma perspectiva mais ampla de mudança, justiça, liberdade e transformação. O movimento se tornou uma onda internacional e, no Brasil, encontrou ressonância no caso de um menino negro de 5 anos, filho de uma empregada doméstica, morto pela negligência da patroa.



Figura 3. Activists attend a Black Lives Matter (fonte: Daniel Leal-Olivas/AFP/Getty Images).

Os princípios interseccionais do feminismo negro colaboraram para engendrar um suporte mais profundo ao Black Lives Matter e também ao Movimento de Mulheres Negras no Brasil, que não recusam sujeitos que querem adentrar. Há, podemos dizer, um fortalecimento interseccional, mesmo sem proximidade territorial.

Ainda que as vitórias institucionais sejam imperscrutáveis, sobretudo em conjunturas tão adversas, é fato também que a experiência coletiva partilhada no calor da hora é a da consagração das mulheres negras como sujeitos de suas próprias vidas (ALVAREZ, 2016; ALVAREZ e COSTA, 2019). A memória e a força social dessas envolvidas nunca mais serão as mesmas. O fortalecimento das organizações e coletivos também é interseccional, sobretudo porque tais mobilizações tiveram um caráter fortemente inclusivo, agregando indivíduos de diversas bases ideológicas em uma pauta comum. A pauta racial é tornada importante aos feminismos, a de gênero às antirracistas. Todas essas compreendem que os estigmas e opressões confluem para os abismos de classe, fortalecidos na conjuntura conservadora. Por isso, ganham a solidariedade de movimentos estudantis, movimentos de luta pela terra, soberania popular. Esses encontros tornam-se possíveis e são potencializados nas grandes cidades de visibilidade global.

4. Conclusões e desafios

O percurso feito neste trabalho certamente deixou alguns fios desamarrados e sínteses por serem feitas, mas envolveu alguns feixes de relações estruturantes. Em momentos regressivos, de estreitamento de horizontes e recuo democráticos, as organizações populares precisam se fortalecer nos espaços extra-institucionais da sociedade civil e, para tanto, criam movimentos para dentro e para fora.

Pensando nisso, a pesquisa se valeu de um diálogo com as perspectivas interseccionais que colaboram em termos teóricos e políticos para a compreensão e fortalecimento de lutas que tem o espaço urbano como pauta, mas também se valem dele em seus repertórios.

Foi pertinente, então, compreendermos que, o espaço urbano segue sendo o epicentro e o palco da manutenção de uma sociedade dividida, estratificada, com desigualdades de classe, raça e gênero. Esse quadro explica em grande medida a onda de protestos que coloca em jogo essa sociabilidade bloqueada e toma as ruas, com demandas diversas, ligadas pelo desejo de reapropriação do urbano, da liberdade e pela justiça social.

Em nossa chave de leitura, desenvolvida em outras pesquisas maiores, é a de que estas não são tendências passageiras, mas constituem os traços fundamentais de uma geração de movimentos e redes societárias que, quando assumem posturas inclusivas, fortalecem-se umas às outras.

Por sua vez, os movimentos sociais que vêm emergindo nos espaços urbanos revelam transformações, constituindo práticas democráticas frente à ascensão de um poder que bloqueia oportunidades políticas e incentiva práticas violentas. Portanto, apresentam-se como espaços-tempos de resistência dos corpos, espaços da esperança, visto que despontam da vontade de mudança, atravessada de perspectivas de um outro mundo possível. Desse modo, se desempenha a vontade de uma transformação e emancipação do sujeito pela supressão de suas posições de exploração, opressão e preconceito.

A batalha por outro mundo possível está em formação no seio mesmo das conjunturas regressivas, assim como a demanda por uma outra rota embasada na compreensão e na profunda mudança da realidade que vivemos. E isso depende da negação da ordem vigente, dos preceitos desta sociedade, contrapondo-se à lógica capitalista, em sua razão desumanizadora (ARRUZZA, BHATTACHARYA e FRASER, 2019).

Dessa maneira, é fundamental uma produção de conhecimento crítico e um olhar interseccional e de inclusão dos segmentos invisíveis nos espaços de poder, um olhar que abarque e seja abarcado pelas mulheres, negros, povos indígenas, grupos LGBTQIA+. O que queremos é um convívio sem dominantes e nem dominados, com preenchimento e nunca exploração, nutrindo as relações colaborativas, coletivas, reestruturando a noção de poder e orientando nosso pensamento para a justiça política, econômica e social. Fica evidente então, que a noção da interseccionalidade, tal qual construída, cria uma nitidez, abrindo um novo projeto para a sociedade que vislumbra novos campos de ação e novos sujeitos em cena.

5. Referências

ALVAREZ, S. Vem Marchar com a Gente/Come March with Us. **Meridians: Feminism, Race Transnationalism**, v.14, n.1, 2016.

ALVAREZ, S.; COSTA, de Lima. Dos Estudos Culturais ao pensamento decolonial: Intervenções feministas nos debates sobre cultura, poder e política na América Latina. Em Christiane Ribeira Gonçalves e Marco Antonio Rocha (Eds.), **Feminismos Decoloniais e Outros Escritos Feministas**. Fortaleza: Fábrica de Imagens, 2019.

ARRUZZA, Cinzia; BHATTACHARYA, Thithi; FRASER, Nancy. **Feminismo para os 99%: Um Manifesto**. São Paulo, Boitempo, 2019.

BEAL, Frances. Double Jeopardy: To Be Black and Female, em Beverly Guy-Sheftal, **Words of Fire: An Anthology of African American Feminist Thought**, 1969.

BIROLI, Flávia; MIGUEL, Luis Felipe. Gênero, raça, classe: opressões cruzadas e convergências na reprodução das desigualdades. **Mediações**, v. 20, n. 2, p. 27-55, 2015.

BOBBIO, Norberto. **Igualdade e liberdade**. São Paulo: Ediouro, 1996.

COLOSSO, Paolo. **Disputas pelo direito à cidade: mais novos personagens**. Tese de doutorado. Programa de Pós-Graduação em Filosofia do Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo - USP, São Paulo, 2019.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, p. 1241-1299, 1991.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos feministas**, Florianópolis, v.10, n.1, p. 171-188, 2002.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COLLINS, Patricia Hill. **Intersectionality as critical social theory**. Durham: Duke University Press, 2019.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. São Paulo: Boitempo, 2021. Tradução Rane.

FRASER, N. **Do neoliberalismo progressista a Trump – e além**. Política & Sociedade, Florianópolis, v. 17, n. 40, set./dez. de 2018.

GERBAUDO, Paolo. **The Mask and the Flag: Populism, Citizenism and Global Protest**. Oxford University Press, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 11. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de negro**. Rio de Janeiro. Editora Marco Zero. 1982.

HARVEY, David. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. São Paulo:ed. Martins Fontes, 2014.

KAPP, Silke. Autonomia e Heteronomia Arquitetura. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo** (PUCMG), Belo Horizonte, v. 10, n.11, p. 95-105, 2004.

KING, Deborah. Multiple Jeopardy, Multiple Consciousness: e Context of a Black Feminist Ideology, **Signs**, v. 14, p. 42-72, 1988.

LINDSAY, Beverley. Minority Women in America: Black American, Native American, and Chicana Women, **Study of Women: Enlarging Perspectives on Social Reality**, Nova York, p. 318-63, 1979.

STAUNÆS, D. Where have all the subjects gone? Bringing together the concepts of intersectionality and subjectification, **Nordic Journal of Women Studies**, v.11, n.2, p.101–110, 2003.

SUTTON, B. Intergenerational Encounters in the Struggle for Abortion Rights in Argentina. **Women's Studies International Forum**, p.82. 2020.

TRINDADE, Thiago Aparecido. **Protesto e Democracia: Ocupações Urbanas e Luta pelo Direito à Cidade**. 1.ed. Jundiaí, São Paulo: Paco, 2017.

VICENTE, Juliana; MARQUES, Luiza. **Leva (documentário HD)**. YouTube, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xn2um8xhc4o>. Acesso em: 13 de novembro de 2022.

VIVEROS VIGOYA, Mara. La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación. **Debate Feminista**. v. 52, p.1-17, 2016.